CADERNO 4

POR UMA VIDA LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, SEM RACISMO E SEM SEXISMO

PELA AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES SOBRE O SEU CORPO E SUA SEXUALIDADE

FICHA TÉCNICA

Coordenação da publicação:
Maria José Morais Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares - CONTAG

Organização:
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Eryka Danyelle Silva Galindo
Vilênia Venâncio Porto Aguiar

Contribuição aos textos:
Hellen Frida – Casa Frida/DF
Sônia Coelho – Marcha Mundial de Mulheres
Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares

Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Debate
(Ocorrida entre os dias 22 a 25 de janeiro de 2019 em Brasília)

Redação dos textos:
Eryka Danyelle Silva Galindo – CONTAG
Silvia Camurça – Articulação de Mulheres Brasileiras
Sônia Coelho – Marcha Mundial das Mulheres
Vilênia Venâncio Porto Aguiar – CONTAG

Edição final dos textos:
Eryka Danyelle Silva Galindo
Vilênia Venâncio Porto Aguiar

Revisão final dos textos:
Marleide Barbosa de Sousa Rios

Projeto gráfico e diagramação:
Fabrício Martins

Fotos:
Acervo CONTAG / Páginas 6, 9, 10, 17, 20, 30, 37(foto 1): Cláudio José de Arruda

Impressão: Cidade Gráfica

Tiragem: 15.000

QUERIDAS MARGARIDAS,

Está chegando a hora de nos encontrarmos em Brasília para, juntas e em marcha, denunciarmos os ataques aos direitos e à vida das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades. Na capital do país anunciaremos a nossa plataforma política, apresentando proposições que dialoguem com a sociedade sobre a construção do Brasil que queremos.

Um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência!

Mas até lá ainda temos muito chão! O caminho se faz ao caminhar e nós construímos a Marcha das Margaridas marchando, desde os nossos territórios, organizando e mobilizando as mulheres, discutindo, debatendo... E para contribuir com esse processo, a CONTAG e as organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2019 faz chegar até vocês esses 6 cadernos de debate, com a intenção de colaborar e animar os debates nas comunidades.

Os 6 cadernos tratam do lema e dos 10 eixos políticos que nos levam a marchar. Foram organizados para favorecer seu uso em nossas atividades, afinal, isso facilita na hora em que nos dividimos em grupos para o debate dos temas. Porém não esqueçam que a luta da Marcha das Margaridas articula TODOS os eixos políticos. Por isso, não podemos achar que ao debatermos uma parte do material estamos dando respostas suficientes à nossa luta. Assim, pensem da seguinte forma, os 6 cadernos só existem se forem debatidos e vividos em conjunto. São 6 partes de um único corpo. Bom, né?!

Ah! Também é muito importante dizer que será a partir dessas discussões, que elaboraremos a plataforma política da Marcha das Margaridas 2019. Ela reunirá as nossas proposições, sintetizando a diversidade de ideias e vozes produzidas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas.

Cada palavra, ilustração, imagem, dado estatístico utilizado nestes cadernos foram pensados com todo o carinho, na intenção de provocar boas reflexões e debates entre vocês, companheiras! Aproveitem este momento para a troca ideias e o agir coletivo na construção dessa Marcha, que é nossa.

Para facilitar a utilização dos cadernos, detalhamos abaixo o lema os eixos políticos da Marcha:

- **Caderno1 –** Lema *Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência,* e o eixo *Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres;*
- **Caderno 2 –** *Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética* e *Pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns;*
- **Caderno 3 –** *Por terra, água e agroecologia* e *Por autonomia econômica, trabalho e renda;*
- **Caderno 4 –** *Pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade* e *Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo;*
- **Caderno 5 –** *Por previdência e assistência social pública, universal e solidária* e *Por saúde pública e em defesa do Sistema Único de Saúde.*
- **Caderno 6 –** *Por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo.*

Agora, vamos aos debates!!!

É importante que vocês:

- Juntem as Margaridas das suas comunidades, assentamentos, acampamentos, ramais, sítios, linhas, sindicatos, grupos, associações para que realizem juntas as atividades de discussão desses cadernos.
- Anotem as ideias surgidas durante as discussões, elaborem os relatórios e enviem este material para a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares da CONTAG, através do email: mulheres@contag.org.br. Esperamos, com muito ânimo, as contribuições de vocês sobre cada um dos eixos políticos, que serão usadas na elaboração do documento propositivo, a plataforma política da Marcha das Margaridas 2019.

Avante, Margaridas!!! Vamos tecendo a nossa marcha, que é de luta, resistência, proposição e em defesa do Brasil!!!

Mazé Morais

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares - CONTAG

POR UMA VIDA LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, SEM RACISMO E SEM SEXISMO.

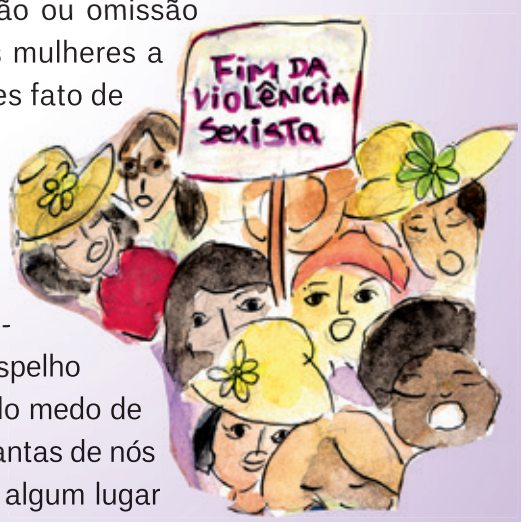
A violência tem sido uma preocupação fundamental daquelas que vivem no campo, na floresta e nas águas. Isto porque nenhuma mulher está livre de viver violência, sendo esta, pauta central das lutas construídas pela Marcha das Margaridas, desde sua origem.

A violência sempre mobiliza muitas memórias, emoções e sentimentos dolorosos entre as mulheres, e por isso, não pode permanecer silenciada e impune. É preciso meter a colher!!!

Então, vamos entender mais sobre a violência sexista e racista, seus efeitos sobre a vida das mulheres e a luta de resistência que precisamos travar para pôr fim aos ciclos de violações impostos às mulheres.

O QUE É A VIOLÊNCIA SEXISTA?

A violência sexista é qualquer conduta, ação ou omissão que discrimine, agrida, maltrate ou obrigue as mulheres a fazerem algo (ou deixarem de fazer) pelo simples fato de serem mulheres.



A violência contra a mulher é um jeito dos homens manterem e exercerem seu poder sobre as mulheres. É uma forma de controlar o nosso corpo e nosso comportamento. Por exemplo: que mulher, antes de sair de casa, nunca se olhou no espelho e se preocupou com que roupa usar, por conta do medo de chamar atenção ou ser assediada? ou ainda, quantas de nós já viveu ou conheceu alguém que deixou de ir a algum lugar por estar sozinha, perdeu o vínculo com amizades e até mesmo desistiu de visitar a família porque o marido, namorado ou companheiro não gosta?

O homem também pratica a violência como uma forma de controlar o trabalho das mulheres, para que ela se mantenha no papel tradicional de família, que a sociedade impõe. É comum ela sofrer violência porque deixou de fazer tal coisa ou queimou a comida. Em uma oficina sobre violência, uma mulher que chegava sempre com as costas machucadas contou que o marido batia em suas costas, justificando que ela passava mal as camisas dele.

Mas a violência não acontece só em casa, ocorre em todos os lugares onde convivem homens e mulheres, ou seja, na casa, na roça, nos locais públicos, na rua e em lugares que pouco desconfiamos, como: escolas, igrejas, sindicatos e hospitais...lugares onde deveríamos ser acolhidas e bem tratadas. Em muitos lugares públicos a violência está institucionalizada, ou seja, está inserida nas práticas e métodos usados pelas instituições que regem a vida em sociedade.

Não podemos considerar a violência contra as mulheres como algo natural. Precisamos identificá-la e enfrentá-la, mas para isso é fundamental compreendermos como ela se reproduz, como ela se repete ao longo de tanto tempo e em direção às mulheres.

QUAIS AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

Como já falamos, não é natural que homens sejam violentos e mulheres sejam subordinadas. A violência, e as demais formas de discriminação, exclusão e desigualdade, acontecem porque reproduzimos condutas e visões de mundo próprias de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. Com isso, queremos dizer que todas as pessoas são, desde cedo, educadas a reproduzirem pensamentos e atitudes determinados pela lógica do capitalismo, patriarcado e racismo, práticas que terminam por sustentar e reforçar estes sistemas de dominação. Vamos falar sobre cada um deles:

- **Capitalismo** é o sistema econômico que se caracteriza pela propriedade privada e pela concentração dos meios de produção (como a terra, as máquinas, etc.) nas mãos de empresas e corporações. Nesse sistema, o proprietário de empresa compra a força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras para produzir bens que, após serem vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter lucro. O capitalismo sempre precisou da mão-de-obra das mulheres, especialmente das pertencentes a

classes sociais mais baixas, na intenção de submetê-las a condições de trabalho precarizadas, com maior carga horária e menor remuneração.

- **Patriarcado** é sistema social e político de opressão que tem organizado, há séculos, as relações estabelecidas na sociedade. O sistema patriarcal se baseia em formas de dominação dos homens (como grupo) sobre as mulheres (como grupo). Embora o patriarcado não esteja escrito em lugar nenhum como uma norma social, ele reproduz um lugar de submissão e opressão sobre as mulheres em várias dimensões das suas vidas, usando-se: do impedimento à participação política; da dependência econômica; do controle do corpo das mulheres; do emprego da violência e da força. Assim, autorizam os homens a assumirem posições privilegiadas de poder, decisão e mando.
- **Racismo:** é um sistema de opressão que nega oportunidades a determinados grupos por sua cor de pele. Esta posição de superioridade exercida pela população branca, sobre grupos de pessoas negras e indígenas são fruto de uma construção social, cultural e histórica, sem nenhum fundamento biológico ou científico que justifique essa hierarquia. O racismo é estrutural e atinge, sobretudo, a população negra. Prova disso, é que embora seja a maior parte da população brasileira (54%), negras(os) ainda são minoria nas universidades, nos espaços de decisão política, sendo, por outro lado, maioria entre a população de baixa renda, inserida em condições de trabalho precárias e vulneráveis à violência. O racismo no Brasil é crime, previsto na Lei No 7.716/1989, inafiançável e que não prescreve, ou seja, a pessoa que cometer ato racista não tem direito a pagar fiança para ser liberada e pode ser condenada mesmo anos depois do crime.

A própria sociedade forma os homens para se sentirem superiores às mulheres; forma as pessoas brancas para se sentirem mais capazes e melhores do que negras(os), indígenas, quilombolas. A ideia do patriarcado é que os homens sejam considerados a referência e os donos do poder sobre as mulheres e a família, e em toda a sociedade. A ideia racista tem a intenção de submeter determinados grupos, como indígenas e negras(os), negando sua humanidade (o que sustentou a escravidão e extermínio de povos no passado), apagando sua importância para a história do país, explorando-os e até mesmo tirando suas vidas, ainda nos dias de hoje.

Dados do Atlas da Violência 2018, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontaram o aumento dos assassinatos no país, tendo como principal alvo a juventude negra. Para ter uma ideia, o Brasil tem um número de assassinatos 30 vezes maior que a Europa. Foram assassinados no Brasil 33.590 jovens, em 2016, sendo a grande maioria jovens negros.

É óbvio que o capitalismo se beneficia das opressões geradas pelo patriarcado e racismo, por isso estão tão articulados entre si. As exclusões econômicas, de gênero, raciais e **étnicas** geram maior volume de mão-de-obra barata voltada à produção de riquezas e de lucro para as empresas que compõem o sistema capitalista. Por aí, vão se reproduzindo as opressões e as desigualdades em nossa sociedade.

Etnia, ou grupo étnico, é termo usado para identificar povos ou conjunto de pessoas com traços culturais comuns, a exemplo da língua, religião, expressões artísticas (como música), vestuário, laços históricos, tipo de alimento, e, muitas vezes, um território.

ENTÃO QUER DIZER QUE A VIOLÊNCIA SEXISTA SE ARTICULA COM OUTRAS FORMAS DE OPRESSÃO, DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE?

Sim, mulherada... isso mesmo!!! É importante entendermos que a violência sexista se apoia e reforça outras dimensões discriminatórias, assim como o racismo. O que a torna ainda mais perversa.

Mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres, quilombolas, camponesas são atingidas por uma escala ainda maior de violência, devido à combinação de múltiplas formas de discriminação, baseadas em sistemas de desigualdades, que se alimentam entre si, sendo os principais deles os de gênero, raça, etnia, classe, **orientação sexual**. Exemplo disso, é que em diversos países, as mu-

Orientação Sexual: está relacionada à atração afetiva e sexual que as pessoas sentem por outras. Aprofundaremos esta discussão na página 30 deste caderno.

lheres negras aparecem como maioria das vítimas em diversos indicadores de violações de **direitos humanos** – e no Brasil não é diferente.

Quanto ao impacto da violência entre os diferentes grupos de mulheres, não podemos nos calar diante da violência sofrida por conta da sexualidade e da identidade de gênero, vivida por homens e mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (a partir da página 28, deste caderno, vamos refletir mais sobre estas identidades).

Há mulheres que amam outras mulheres, e não há nenhum problema nisso! Ser lésbica não é doença, e por não ser doença, não precisa de nenhum tratamento religioso ou psicológico para curá-la. Há ainda as que são atraídas ou se relacionam com mulheres e com homens, reconhecendo-se como bissexuais. Todas essas são formas de amor, de viver sua sexualidade de forma livre e com prazer. Há também mulheres e homens transgêneros (trans), que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no momento do nascimento, ou seja, ela nasceu com vagina, mas ao longo da vida ela não se identifica como mulher, mas sim como homem (com o corpo e comportamentos atribuídos ao gênero masculino). Estas são pessoas normais, de carne e osso, como eu e você, mas o conservadorismo da nossa sociedade insiste em castigá-las como se elas estivessem fazendo algo proibido ou errado. Motivados pelo preconceito, os índices de violência aumentam cada vez mais contra as mulheres lésbicas

Direitos humanos são os direitos básicos relacionados à garantia de uma vida digna a todas as pessoas, independentemente da cor, religião, nacionalidade, gênero, orientação sexual e política. Incluem os direitos civis e políticos (dentre eles: direito à liberdade de pensamento, de expressão, de crença, de participar das decisões, podendo votar e ser votado, etc.), direitos econômicos, sociais e culturais (como ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, à moradia, à distribuição de renda, entre outros), direitos difusos e coletivos (que dizem respeito à paz, autodeterminação dos povos, direito ambiental, direitos do consumidor, etc.).

e a população transgênero. Muitas delas são vítimas dos crimes de estupro corretivo, ou seja, quando um ou mais homens (geralmente, familiares e "amigos") estupram mulheres lésbicas, bissexuais, ou homens transexuais, supostamente como forma de "curar" sua sexualidade.

Assim, a luta da Marcha das Margaridas, bem como do conjunto das mulheres e movimentos que fazem a resistência feminista, é contra todas as formas de opressão que negam a humanidade e os direitos das mulheres, principalmente, contra o sexismo, o racismo e o preconceito contra as populações lésbicas, gays, bissexuais e Transgêneros.

Tantas são as formas de violência sofridas por nós, mulheres, que muitas vezes a gente acaba nem percebendo como elas se colocam no nosso dia-a-dia. Vamos refletir mais sobre isso...

QUAIS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

Em uma sociedade machista e racista, como a nossa, a gente se depara com várias e diferentes as formas de violência contra as mulheres. Você pode até não ter se dado conta, mas com certeza já sofreu ou conhece alguma companheira que viva (ou viveu) situações de violência contra a mulher.

Não é preciso que uma mulher seja agredida fisicamente, para estar vivendo violência. Muitas vezes, somos violentadas por meio de palavras, que exercem peso sobre os nossos comportamentos e autoestima, gerando problemas emocionais e psicológicos.

É sempre bom lembrar que quando uma mulher é assassinada ou sofre espancamento, é uma violência física que não começou ali, mas, com certeza, já passou por uma violência psicológica, que é aquela violência da humilhação, do xingamento, de dizer que a mulher é burra, que é incapaz de sobreviver sozinha ou criar as(os) filhas(os). Há outras formas de violência que os homens usam para atin-

gir as mulheres como quebrar as coisas da casa, rasgar documentos da mulher, **assédio moral** e a violência sexual.

Diante das diversas formas de violência contra as mulheres, foi aprovada em 2006 a Lei Maria da Penha, como resultados das lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Esta lei tem o objetivo de punir com mais rigor os agressores responsáveis pelos atos de violência contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar. A lei reconhece, pelo menos, 5 tipos de violência contra as mulheres, que podem e devem ser denunciadas, para que se adotem medidas de proteção das vítimas e punição dos agressores, são elas:

- Violência física: ação que ofende, prejudica o corpo ou a saúde da mulher (tapas, socos, empurrões, beliscões, puxão de orelha e de cabelo, arranhões);

- Violência psicológica: aquela que causa dano emocional, diminuição da autoestima, prejudica o desenvolvimento pessoal. Através dela o agressor pretende controlar as ações, os comportamentos e decisões da mulher, por meio de ameaças, constrangimentos, perseguições, insultos, chantagem, ridicularização, exploração e até limitando seu direito de ir e vir.

- Violência sexual: é qualquer conduta do agressor que obrigue a mulher a assistir, manter ou participar de relação sexual que ela não deseja, através de intimidação, ameaça ou uso da força; que a leve a comercializar ou utilizar de qualquer modo sua sexualidade; que a impeça de usar método para evitar a gravidez; que a force ao casamento, à gravidez, aborto ou prostituição, me-

Assédio moral: significa a exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras. É caracterizado por comportamentos abusivos e humilhantes frequentes, expressos por gestos, palavras e atitudes que prejudiquem a integridade física e mental das vítimas.

diante coação, chantagem, suborno ou manipulação; que limite ou anule seus **direitos sexuais e reprodutivos** .

- Violência patrimonial: qualquer atitude que segure, retire, destrua partes ou todos os objetos das mulheres, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, direitos ou dinheiro, incluindo aqueles para suas necessidades;

- Violência moral: quando o agressor atinja a honra e a imagem da mulher, em forma de calúnia, difamação ou injúria. Calúnia é dizer que a mulher cometeu um ato que é considerado crime pela lei, sem que isso tenha sido verdade; difamação é falar mal dela, ofender sua reputação com críticas mentirosas; e injúria é ofender os sentimentos da mulher através de palavras ou de algo escrito.

Nossa! Quanta violência existe por trás dos comentários maldosos, das tentativas de forçar um beijo ou uma relação sexual. Os nossos lares não são paraísos de segurança e tranquilidade como dizem ser, né?!

Ah! E o pior é que nos espaços públicos também não estamos livres da violência. Um exemplo é o assédio nas ruas, no trabalho e no transporte que as mulheres vêm denunciando e exigindo formas de enfrentamento, aos poucos, materializadas em programas e leis que visam a superação desta realidade.

O assédio no trabalho, seja na roça ou nas cooperativas, é considerado crime. Em 2001, por meio do artigo 216-A, foi incluído no Código Penal o conceito de assédio sexual, que significa constranger alguém com a intenção de conseguir vantagem ou favorecimento sexual, tomando, o agente do assédio, proveito

Direitos sexuais: são os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa possa viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação, que inclui escolher parceiro(a) sem sofrer preconceito, ter direito à saúde sexual, com acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual, e etc.;
Direitos reprodutivos: compreendem o direito básico de qualquer pessoa decidir livre e responsavelmente sobre suas escolhas reprodutivas, ou seja, resolver se quer o não filhas(os), em que número, espaçamento e forma como quer tê-los. Inclui o acesso à informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva.

da sua posição de superior no emprego, cargo ou função, em relação à vítima. Mesmo sendo uma vitória importante, como parte das pressões dos movimentos feministas e de mulheres que atuam em todo o planeta, é muito difícil a mulher comprovar que está vivendo o assédio, principalmente, porque, como dissemos, os assediadores são, normalmente, homens com mais poder na esfera do trabalho, o que torna mais difícil reunir provas. Além disso, nesse momento de tanto desemprego, as mulheres ficam mais vulneráveis, tendo medo de perder o emprego ou serem vítimas de perseguições e vingança.

Quando o assunto é participação política as mulheres sofrem mais violência e desrespeito. Muitas sofrem assédio, desqualificação e até violência física, principalmente quando começam a exercer um cargo com mais poder ou despontar como lideranças, seja nos movimentos mistos, sindicatos, partidos ou no parlamento. Infelizmente, ainda ouvimos relatos de mulheres eleitas como dirigentes sindicais, que são humilhadas ou exercem tarefas que não correspondem aos seus cargos, como fazer cafezinho e limpar as dependências do sindicato.

Nem no espaço virtual, da internet, somos poupadas. Alguns homens têm usado as redes sociais (facebook, instagram e outros) para expor fotos ou vídeos da mulher em relação íntima ou nua, ou em outras situações que as depreciam. Estes casos agora são considerados crimes, a partir da sanção pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012, da chamada lei Carolina Dieckmann, que recebeu este nome em função da atriz que teve suas fotos íntimas roubadas. Carolina denunciou e fez uma luta para que este tipo de ação fosse considerada crime.

Outra violência destes tempos é o assédio no transporte (moto táxi, barcos, ônibus, metrô), por meio das passadas de mão, esfregões, ejaculação no corpo da mulher. Só em 2018, estas atitudes passaram a ser consideradas “crimes de importunação sexual”, através da Lei No13.718/18. Essas formas de violência na rua e nos transportes atingem principalmente as meninas e as jovens, sobretudo, as negras, mas, infelizmente não são as únicas formas de violência sofridas na infância e adolescência. A violência sexual é um grave peso aos sonhos e projetos de vida das meninas, em especial, das negras e pobres.

A VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 2018, o Ministério da Saúde publicou estudo chamado "Raio X da violência sexual", com dados dos anos 2011 a 2017, mostrando que este tipo de violência cresceu 83% no Brasil. Entre as crianças e adolescentes, o tipo de violência sexual mais notificado, no período, foi o estupro, sendo as meninas e as adolescentes mulheres as principais vítimas. O que é mais grave é que a maioria eram crianças de 1 a 5 anos, abusadas, na maioria das vezes, pelos homens da família, pai, irmão mais velho, padrasto, tios e até avôs.

A exploração sexual também é outra expressão da violência que destrói a vidas das meninas e das adolescentes. Muitas vezes elas são levadas ao mercado da prostituição pelos próprios pais ou tornam-se vítimas de outros adultos, que conhecem ou integram as redes de aliciadores (pessoas que intermediam este crime, seja através do rapto, do convencimento da família ou do convencimento da própria adolescente, com a promessa de melhores condições de vida).

Em uma oficina com mulheres da CONTAG, em Belém do Pará, uma companheira relatou que famílias muito pobres chegavam a entregar as meninas para fazendeiros em troca de cesta básica, prática que deixou de ser necessária depois das políticas públicas, implementadas a partir do governo Lula, como Programa Bolsa Família e a Política de aumento do Salário Mínimo. Este exemplo revela que para superar os ciclos de desigualdade e violência as políticas de distribuição de renda e de garantia de direitos são fundamentais.

A criança e a adolescente, muitas vezes, não falam da situação de abuso e estupro porque é ameaçada pelo homem, mas é possível observar alguns sinais da violência sexual, como por exemplo, machucados na vagina, doenças sexualmente transmissíveis, mudança no sono, irritabilidade, isolamento, passa a fazer brincadeiras com conotação sexual.

Se você não achar um jeito de falar com a criança, peça ajuda às profissionais nas unidades de saúde ou no Conselho Tutelar (responsável por atuar na proteção das crianças e adolescentes, fazendo garantir seus direitos). Existe também o Disque Denúncia 100, que é um número nacional e gratuito, por meio do qual se pode fazer uma denúncia sobre violência contra a criança e adolescente. É bom conversar sempre com as crianças, assim, elas vão ganhando confiança para falar das coisas que as incomodam.

Uma violência vivida em qualquer fase da vida, principalmente na infância e adolescência, afeta todo o nosso projeto vida, tanto no presente, quanto no futuro. Vamos falar um pouco mais sobre seus efeitos para a vida das mulheres.

QUAIS OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA SEXISTA NA VIDA DAS MULHERES?

Um dos efeitos é sobre o jeito como a sociedade nos enxerga. Nós, mulheres, somos caracterizadas como frágeis, meigas, choronas. Tudo isso, limita melhores oportunidades e impõem desigualdades. As estatísticas confirmam a nossa posição desigual. Do ponto de vista econômico, as mulheres são mais pobres que os homens e, considerando as dimensões étnicas e raciais, as mulheres negras, não só recebem menos que os homens, como também menos que as mulheres brancas, estando em postos de trabalhos sem direitos e tendo menos acesso à propriedade da terra.

Convivemos com o que chamamos de divisão sexual do trabalho, que valoriza mais os trabalhos considerados de homens, e atribui toda responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados com as pessoas como se fosse obrigação ou responsabilidade natural das mulheres, situação que está mais bem explicada no eixo sobre autonomia econômica.

Essa violência faz com que as mulheres tenham menos poder na sociedade, menos participação política, menos direitos, se sintam imobilizadas e mais dependentes. Destrói o amor próprio, a capacidade de atuar e agir. Perpetua ainda mais a dependência econômica em relação aos homens.

NA ATUAL CONJUNTURA, QUAIS SÃO AS GRANDES AMEAÇAS À LUTA DAS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA SEXISTA?

O Brasil vinha caminhando na construção de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher, mas, com o golpe de 2016, que retirou a presidenta Dilma do poder, este ciclo foi interrompido. O desgoverno do presidente golpista, Michel Temer, montou um governo composto, majoritariamente, por ministros homens e brancos e desmontou a principal estrutura institucional voltada às mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, desmantelando importantes conquistas como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o Programa Viver sem Violência e a construção das Casas da Mulher Brasileira, que foram desativados. Soma-se a isto o vigoroso corte de recursos para

as políticas sociais no campo e na cidade e para as Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de muitos retrocessos de direitos para a classe trabalhadora.

Em 2019, assume a Presidência da República Jair Bolsonaro. Que mesmo usando em seu slogan de campanha eleitoral a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, tem uma trajetória marcada por ódio e pensamentos machistas, racistas e de preconceito contra as populações LGBTIs. Podemos citar várias situações em que o atual chefe do executivo expressou seus preconceitos, uma das mais odiosas e machistas foi direcionada à Deputada Federal Maria do Rosário, dentro da Câmara dos Deputados, ao dizer que ela não merecia ser estuprada por ser feia. Tudo isso, mostra que o atual presidente não tem compromisso com as políticas para as mulheres, muito menos de enfrentamento à violência, já que a reproduz, por atacar moralmente uma parlamentar.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM (que tinha status de ministério) foi substituída pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o que mostra qual a visão que este governo tem sobre as mulheres: o espaço da mulher na sociedade deve estar limitado ao cuidado com a família. Esta compreensão joga um balde de água fria em toda a luta histórica das mulheres, por reconhecimento e valorização do trabalho produtivo e reprodutivo, por garantia de maior participação e inserção na política e pela autonomia das mulheres, inclusive, econômica, para vencer a discriminação, a desigualdade e a própria violência.

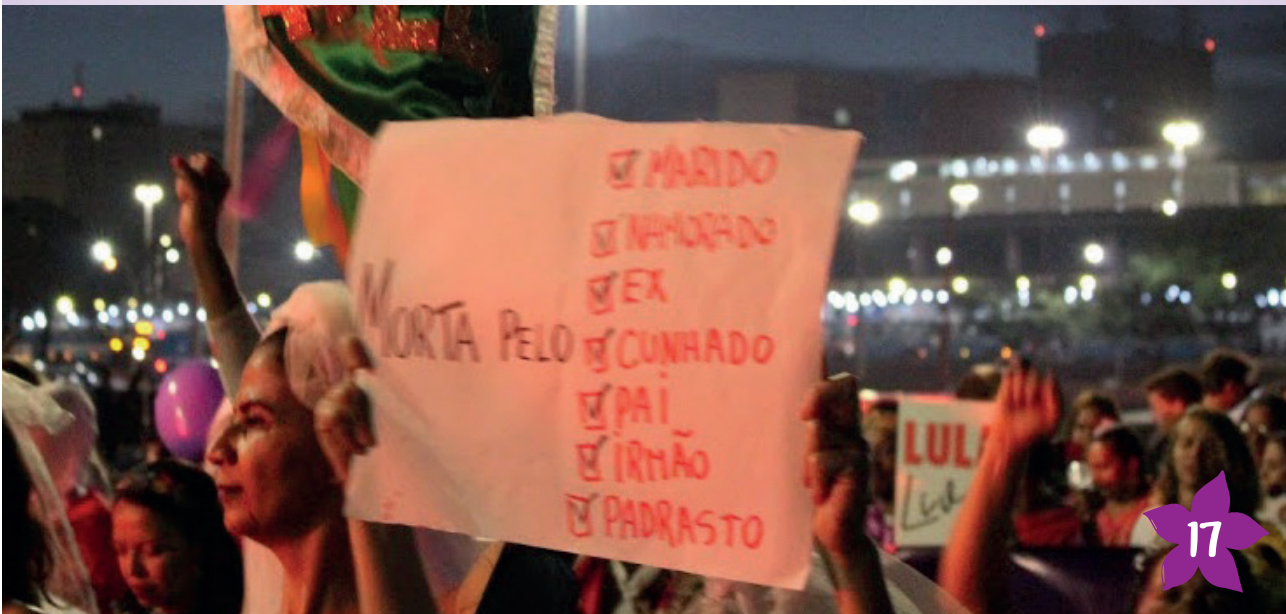
A visão governamental fortalece toda a lógica conservadora de que as mulheres só servem para as atividades de cuidado com a família, sendo suas questões relacionadas ao espaço privado, não cabendo nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso do Estado brasileiro. Assim, o governo autoriza simbolicamente que a sociedade desrespeite e violente as mulheres que fogem a este padrão ou que não o “cumprem bem” o seu papel reprodutivo. Com isso, só crescem os casos de violência, como confirmam os resultados do Atlas da Violência no Brasil, publicado em 2018, quando mostra que foram registrados 4.654 assassinatos de mulheres, em 2016, sendo a maioria de mulheres negras e moradoras dos estados de Goiás e do Pará.

O estado com o maior número de assassinatos de mulheres foi Roraima. Enquanto o Brasil teve uma taxa média de 4,5 mulheres mortas para cada 10 mil brasileiras, o estado de Roraima registrou 10 mortes para cada 10 mil mulheres. Isto traz preocupação porque é um dos estados com a

maior população indígena, o que confirma como a violência atinge com mais intensidade determinados grupos de mulheres, neste caso, colocam em maior vulnerabilidade as indígenas e as negras.

O Brasil tem uma lei de feminicídio que pouco foi implantada, a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 elaborada durante o governo Dilma Rousseff. A lei transforma em crime hediondo, ou seja, crime que merece maior reprovação por parte do Estado, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica. Considera-se feminicídio, quando o crime envolve duas condições: violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena do feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência.

Os assassinatos de mulheres ocorrem principalmente com o término de namoro ou de casamento, como eles dizem: “se não vai ser minha, não será de ninguém”! É como se a mulher fosse um objeto de posse. Essa ideia é tão forte em uma sociedade patriarcal e machista que, normalmente, os meios de comunicação noticiam que o assassino cometeu o crime, por não aceitar a separação. Nós não podemos ver este discurso como normal, pois, quando admitimos que um homem cometa atos de violência por não aceitar o fim da relação, estamos concordando que depende da vontade dele consentir ou não a separação. Lutamos para que as mulheres sejam livres, tendo autonomia para decidir sobre tudo que diga respeito a sua vida. NADA pode justificar o assassinato de uma mulher, nem o fim de uma relação, nem o consumo excessivo de álcool e outras drogas pelos homens, nem o discurso de ódio, disseminado por pessoas conservadoras, machistas e racistas.



Ah! Também é muito importante entendermos como a maioria dos crimes de feminicídio costuma acontecer. Só no mês de janeiro de 2019, segundo dados da Universidade de São Paulo – USP, foram registrados mais de 100 casos de feminicídio. Grande parte deles aconteceu na casa da vítima, sendo cometidos por seus parceiros ou ex-parceiros, que usavam, em muitas das ocorrências, arma de fogo. Mesmo diante dessa realidade, o governo federal aprovou Decreto Nº 9.685/2019, em 15 de janeiro de 2019, que regulamenta e flexibiliza a posse de armas de fogo no Brasil. Ou seja, os lares que são os locais onde mais ocorrem assassinatos de mulheres tornam-se, a partir de agora, ainda mais perigosos. Com isso, invertem-se os papéis. Ao invés do Estado brasileiro assumir, verdadeiramente seu compromisso com políticas de segurança pública para a população, ele reduz sua responsabilidade, deixando esta missão às pessoas que têm dinheiro para comprar, até 4 armas, e pagar os impostos sobre a posse de cada uma delas. Isso não resolve o problema da insegurança, gerando, pelo contrário mais assassinatos, sobretudo, de mulheres, negras/os, jovens, indígenas e etc.

AS ARMAS DE FOGO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

A maioria dos assassinatos no Brasil é por armas de fogo. Diante disso, reflita: será que a população depende de mais armas para se sentir segura?

Precisamos de políticas públicas que rompam com as desigualdades econômicas, que promovam direitos e segurança pública. Dentre elas, precisamos de uma política séria de desarmamento, ou seja, que oriente e desestimule as pessoas a obterem e comprarem armas de fogo, principalmente, as pessoas envolvidas com o crime organizado.

Na contramão disso tudo, o governo Bolsonaro publicou o Decreto Nº 9.685/2019, de incentivo a compra e obtenção de armas de fogo, inclusive com mais facilidade para aquisição de arma de fogo no campo. Isto não tem nada a ver com proteção da população ou política de segurança. Seu compromisso é proteger e facilitar que latifundiários e fazendeiros tenham armas para ameaçar a população sem-terra, indígenas, quilombolas e trabalhadoras(es) rurais.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2017, o número de assassinatos de lideranças rurais alcançou 71 vítimas, e o de massacres por conflito agrário alcançou a marca de 5. Estes são os mais altos registros dos últimos 14 anos. O relatório também demonstrou que no período de 2014 a 2017 houve aumento de 16,5% dos conflitos no campo.

Esta política de armamento da população tende a aumentar ainda mais os feminicídios e acidentes com crianças e adolescentes. O governo fala inclusive em diminuir impostos das armas para facilitar o crescimento da indústria de armamentos e estimular a importação. Isso incrementará mais ainda a violência no país.

É preciso entender que a violência do agronegócio contra os povos do campo mantém forte relação com a violência contra as mulheres, em primeiro lugar, porque as mulheres lideranças do campo também são alvo das ameaças e assassinatos cometidos pelos latifundiários, ou ainda, por terem que reconstruir suas vidas depois do luto e da sombra do gatilho que levou seus maridos, filhos, pais e outros parentes. Nesse contexto, também precisamos compreender, que se torna ainda mais difícil para a mulher denunciar o marido ou outro homem da comunidade responsável pela violência doméstica, quando o ambiente se torna ainda mais tenso, devido aos conflitos de terra e do território.

Precisamos construir uma cultura de paz, cultivar a solidariedade, investir para o bem viver, com a distribuição justa da riqueza, para o fim da pobreza e das desigualdades. Este é o único caminho que nos leva a paz.

O momento exige de todas nós, muita coragem e solidariedade para fortalecermos as lutas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Só juntas podemos reagir contra esta realidade de retrocessos.

O QUE PODEMOS FAZER PARA APOIAR AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EVITAR O FEMINICÍDIO?

O feminicídio é uma morte que pode ser evitada. As vezes a mulher faz denúncia, a família sabe que a mulher está sendo constantemente agredida física e psicologicamente e as pessoas ficam esperando que esta situação se resolva por si só, e somente cai em si quando a mulher é assassinada. Sempre tem alguma coisa que podemos fazer para ajudar.

Quando uma mulher está sofrendo violência ela precisa ser escutada, precisa de apoio. Precisamos escutar essa mulher sem julgá-la e não fazer perguntas do tipo: o que você fez para ele te agredir? Esse tipo de pergunta só gera sentimento de culpa, como se o agressor fosse o coitadinho da história, e ela fosse a vilã, a própria responsável pela violência que sofre. Procure no primeiro momento ouvir mais do que falar e emitir opinião. Pergunte como ela acha que você pode ajudar. Caso tenha algum serviço de atendimento à mulher no município, passe a informação, prontifique-se a acompanhá-la.

A vítima de violência precisa ser inserida em uma rede de apoio e solidariedade. No campo, na floresta e nas regiões ribeirinhas, nos quilombos, os falados

equipamentos de atendimento a violência contra a mulher estão muito longe de existir, e quando existem não tem funcionários qualificados para atendimento, assim como também a mulher tem dificuldade de deslocamento. Mesmo as Delegacias da Mulher, que são os equipamentos disponíveis em maior número no Brasil, não estão localizadas, principalmente, nas regiões mais distantes e nos pequenos municípios.

Na realidade do campo ter grupos de mulheres é fundamental para prevenir a violência, pois no grupo a mulher se sente mais segura e confiante e junto com outras mulheres fica mais fácil pensar em soluções. Neste momento de grandes dificuldades e desmonte das políticas públicas temos que reivindicar para que os equipamentos e recursos que temos no território incorpore esta luta contra a violência.

A Unidade de Saúde é onde as mulheres chegam com queixas que podem ser resultado da violência que sofrem, portanto, estas unidades devem atuar no sentido de acolher e orientar a mulher sobre a violência. Para isso, é importante fortalecer o processo de capacitação das(dos) agentes e demais servidoras(es) de saúde, que podem ser aliadas(os) fundamentais no enfrentamento à violência, já que estão muito mais próximas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

Os equipamentos da Assistência Social, principalmente os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) hoje já estão em quase todos os municípios. Temos que lutar e exigir que estes equipamentos tenham um atendimento qualificado de atenção às mulheres vítimas de violência.

Os Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais, os movimentos sociais do campo, Associações de Moradores nos quilombos, são instrumentos fundamentais para fazer a luta para enfrentar a violência praticada contra as mulheres. Podem atuar desde organizar grupos de mulheres para discutir os vários temas que envolvem a opressão das mulheres. O sindicato pode fazer campanhas e ser aliado na luta contra a violência a mulher. À medida que estas entidades incorporam esta luta como sua, os homens não se sentem tão à vontade para continuar oprimindo e exercendo a violência contra a mulher.

Nossas lutas em nível local, acolhendo as companheiras e mobilizando redes de apoio e proteção, são muito importantes, mas devem estar articuladas às lutas por políticas públicas de enfrentamento à violência. Por isso, a Marcha das Margaridas toma este como um dos eixos centrais das lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

Por isso, continuaremos reafirmando nossas demandas por:

• **Equipamentos de enfrentamento à violência contra as mulheres no meio rural, de acordo com as necessidades e realidades das mulheres do campo, da floresta e das águas:** durante o governo Dilma, uma vitória da Marcha das Margaridas 2011, foi a conquista de 54 Unidades Móveis (sendo 2 por estado e para o Distrito Federal), para levar aos locais mais afastados e sem recursos, o atendimento às vítimas de violência do campo, da floresta e das águas. Esta foi à primeira política pública de enfrentamento a violência que chegou diretamente ao meio rural, seja por meio dos ônibus ou por barcos (unidades fluviais). Mas, com os desmontes das políticas federais esta e outras iniciativas estão ameaçadas. Temos que continuar lutando para que os estados e municípios, em parceria, mantenham estes equipamentos funcionando e denunciar os estados que não cumprem com os objetivos desta política.

• **Maior aplicação de recursos em políticas para o enfrentamento à violência contra a mulher, por parte dos municípios, estados e Governo Federal.**

• **Autonomia econômica para as mulheres:** é fundamental o desenvolvimento de políticas de apoio à organização produtiva e comercialização, que por sua vez precisam estar combinadas a um conjunto de políticas relacionadas à documentação civil e trabalhista, ao acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica, à titulação das terras quilombolas e demarcação das terras indígenas.

• **Fortalecimento das instâncias de participação social para avançar no enfrentamento à violência:** como resultado das lutas da Marcha das Margaridas foram criados os Fóruns Nacional e Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, que são espaços fundamentais para garantir, no âmbito dos estados, municípios e da União, debate permanente, quanto ao planejamento das ações das unidades móveis e execução de outras políticas de enfrentamento à violência vivida pelas mulheres rurais.

• **Cumprimento exemplar da Lei Maria da Penha, combatendo as tentativas que visam fragilizar seu texto e aplicação:** mesmo reconhecendo que a Lei Maria da Penha tem seus limites, e que a punição não é o único meio de enfrentar a violência contra as mulheres, as mulheres do campo, da floresta e das águas entendem que esta é uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, por tirar da invisibilidade a violência sexista e garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às vítimas de violência.

• Educação de qualidade, que reconheça e respeite a diversidade, debata as relações de gênero e construa valores antirracistas, de paz e não violência, de igualdade entre homens e mulheres e de respeito às pessoas LGBTs.

No cenário nacional, onde temos um governo que vai à contramão dos nossos interesses, espalhando ódio contra as mulheres, legislando para piorar a vida da classe trabalhadora, desmontando políticas públicas e direitos, temos que segurar nas mãos umas das outras e construir redes de solidariedade para resistirmos de forma coletiva. Com certeza juntas venceremos, porque se tem violência contra a mulher, nós metemos a colher.

NOSSAS FORMAS DE RESISTÊNCIA PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

É muito difícil enfrentar a violência sozinha, por isso o melhor jeito é a gente se juntar. Por isso, muitas mulheres organizadas em movimentos feministas, sindicais e sociais promovem as *Rodas de Conversa e Redes de Solidariedade entre mulheres*. Estes são espaços para as mulheres poderem se ajudar, tanto em assuntos da sexualidade, da violência, como em assuntos de gravidez, parto ou aborto. Em espaços de confiança entre mulheres podemos partilhar dúvidas,

conhecimentos e muitas vezes nos fortalecer nas mais diversas situações que passamos ao longo de nossas vidas.

Os grupos que se organizam para debaterem os eixos da Marcha e construirem sua mobilização têm uma dupla missão nesse sentido. Além de favorecerem o acolhimento e a solidariedade entre mulheres, permitem conhecer mais sobre nossos direitos e organizar nossa ação para propor e reivindicar políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência.

Por isso, é bom criar um clima acolhedor no grupo. Há dinâmicas que podemos utilizar para não expor as mulheres, como por exemplo, conversar sobre as causas e tipos de violência, simulando um programa de rádio ou usando desenho, colagens, teatro, etc. Aos poucos as mulheres sentem-se mais encorajadas e autoconfiantes para falar de sua realidade. Sempre tem histórias de mulheres que conseguiram superar a violência, isso constrói um sentimento de que é possível vencer a situação de violência. Também poderão surgir histórias muito duras e que precisam de assistência profissional. É bom saber se no município tem profissionais na saúde, na assistência que atuam com atendimento a violência, caso não tenha, é uma boa luta para se fazer.

PARA DEBATER MAIS...

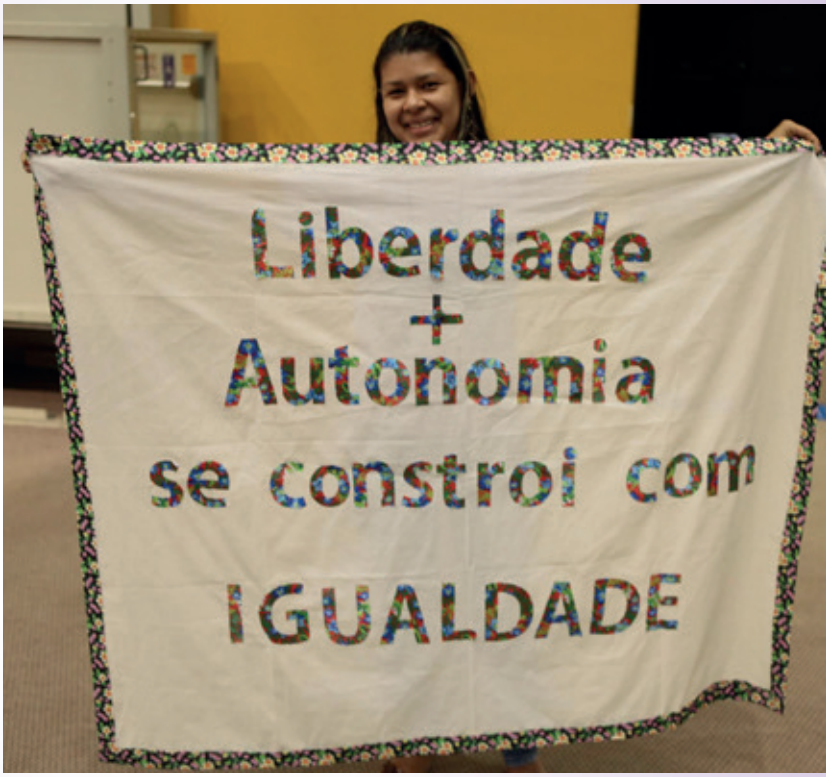
1. Como a violência contra as mulheres se expressa na sua comunidade ou município? Existem casos de violência na sua comunidade, município ou região, decorrentes de conflitos agrários? Como eles afetam a vida das mulheres?

2. Quais as dificuldades de acesso a serviços e políticas públicas de apoio às mulheres vítimas de violência em seu município e estado? O que precisa ser feito, por parte dos governos, para que os programas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres cheguem ao campo, floresta e águas?

3. Como as mulheres têm enfrentando a questão da violência sexista e as decorrentes dos conflitos por terra e território? Que ações as mulheres juntas podem desenvolver para avançar no enfrentamento à violência?

PELA AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES SOBRE O SEU CORPO E SUA SEXUALIDADE

Lutar pela autonomia e liberdade das mulheres significa defendermos a possibilidade de tomarmos as decisões sobre os rumos de nossas vidas, considerando as expectativas sociais que pesam sobre nós, ao mesmo tempo decidindo, por nossa própria avaliação, o que é melhor fazer a cada situação que a vida nos coloca.



Desde muitos anos, constitui as lutas dos movimentos feministas a conquista de autonomia e da liberdade para as mulheres. Devemos muito a essas lutas, pois, ainda que não tenhamos plenamente liberdade e autonomia, as temos mais que no passado, graças às gerações de mulheres que pautaram e, continuam pautando, as transformações necessárias à sociedade.

Vale saber que conquistar autonomia e liberdade é peça chave para as mulheres em sua tomada de decisões: estudar ou não; formar-se nisso ou naquilo; manter-se agricultora; ter participação política no sindicato e nos movimentos; querer e lutar pela titularidade da terra; produzir de forma agroecológica. Se para os homens estas podem ser simples escolhas de vida, para nós, mulheres, cada opinião declarada, cada decisão, representa uma marca da nossa luta por autonomia e liberdade, afinal, ao longo da história, nos foi negada a decisão sobre os rumos de nossas próprias vidas.

ENTÃO QUER DIZER QUE AUTONOMIA E LIBERDADE NÃO SÃO ESCOLHAS PESSOAIS DE CADA MULHER?

Com certeza não diz respeito a uma decisão pessoal! Não é tão simples como acordar, um belo dia, e dizer para si mesma que a partir de agora será uma mulher livre e autônoma.

A conquista da autonomia e liberdade para as mulheres exige mudanças nos valores, crenças e preconceitos que são reproduzidos pela sociedade. Conversamos na primeira parte deste caderno (a partir da página 6), que nossa sociedade é patriarcal e racista, ou seja, educa as diferentes gerações de pessoas a enxergarem as mulheres, as populações indígenas e negras como sujeitos inferiores, impondo papéis sociais que as colocam em posições rebaixadas. A partir dessas visões, que discriminam as mulheres, somos induzidas a nos enxergarmos como pessoas menores e, com isso, menos autoconfiantes e seguras para tomarmos nossas próprias decisões. Dessa maneira, transformar os valores reproduzidos pela sociedade, de forma a respeitar as diferenças e construir relações iguais e solidárias, é passo fundamental para a conquista da autonomia e da liberdade pelas mulheres.

Para o feminismo, autonomia e liberdade são sempre duas ideias que andam juntas. Para uma mulher agir com autonomia, ela precisa ser livre para pensar por si mesma e pensar em si. Ela precisa estar liberta das imposições da sociedade, que determinam o que deve fazer e como se comportar.

A visão machista da sociedade, ainda hoje, reforça a ideia de que nosso papel se limita a ter uma família e cuidar dela, e até mesmo o trabalho ou a renda que conquistamos, deve estar a serviço do bem estar das(os) filhas(os), maridos, pais e familiares. Mas as mulheres têm, podem e devem ter outros sonhos, outros desejos para a sua vida.

Cabe dizer ainda que ser autônoma e livre para decidir também exige a capacidade de analisar o contexto em que se vive, os riscos e limites das decisões que se toma, as expectativas que têm as pessoas importantes para nossa vida, sobre a nossa forma de agir. Quando agimos com autonomia e liberdade, estamos sabendo calcular as consequências de cada ação, sendo responsáveis por nossas decisões e pelas consequências que elas geram.

Para uma mulher agir com autonomia e liberdade, ela também precisa conquistar as condições objetivas de vida que lhe permitam tomar decisões. Por exemplo, temos menos liberdade para nos separarmos de alguém se dependemos financeiramente dessa pessoa.

Assim, são várias as dimensões que influenciam a conquista da autonomia e liberdade pelas mulheres. Em geral, podemos organizá-las em dois grupos, que se relacionam às condições subjetivas e as condições objetivas:

• As **condições subjetivas** são as que dizem respeito ao pensamento individual e coletivo, ou seja, como a sociedade enxerga a mulher e como esses entendimentos vão fazendo as próprias mulheres se enxergarem.

• As **condições objetivas** se referem às oportunidades e recursos materiais disponíveis às pessoas, como por exemplo, o acesso ou não à renda, educação, trabalho.

Vamos dar um exemplo: imagine uma mulher que queira se separar do marido. Ela sempre ouve de seus familiares, vizinhas(os), amigas(os) que é melhor não se divorciar, pois a relação vai melhorar, ou ainda, porque as(os) filhas(os) vão sofrer e o casamento é para toda vida, sendo necessário ter paciência. Por outro lado, ela se vê em dificuldades de sair da relação, porque a terra onde vive foi herdada pelo marido ou por não contar com renda própria, já que o dinheiro do trabalho agrícola, desempenhado pelo casal, fica todo com ele. Por conta dos conselhos das pessoas mais próximas (condições subjetivas) e da falta de recursos financeiros para manter-se (condições objetivas), ela vê sua autonomia e liberdade prejudicadas, o que influencia sua decisão sobre a separação.

Assim, fica evidente que a conquista da autonomia e liberdade para as mulheres não diz respeito a uma decisão individual. Precisamos mudar o jeito que as famílias, a vizinhança, a comunidade e o país enxergam o papel das mulheres na sociedade. Além disso, autonomia e liberdade para as mulheres têm relação direta com melhores condições de vida, inclusive a possibilidade de ter uma renda própria administrada pela mulher, de modo a garantir sua autonomia econômica.

São muitas as regras que se colocam sobre as mulheres. Regras que se expressam tanto pelo pensamento coletivo reproduzido na escola, nas igrejas ou nas conversas, quanto por meio das estruturas do Estado brasileiro, em suas instituições, leis, políticas públicas e outras formas. Tudo isso, interfere na forma das mulheres se verem e viverem sua sexualidade, não é mesmo? Para nós, mulheres, cuidar, amar o nosso corpo e valorizar as experiências de prazer e a vivência livre da nossa sexualidade são atos de luta por autonomia e liberdade. Por isso, é sempre bom falar mais sobre o assunto.

SEXUALIDADE: O QUE É ISSO?

A sexualidade está ligada a tudo aquilo que somos capazes de sentir e expressar. É aquela energia que nos motiva ao contato e intimidade com a(o) outra(o) e se expressa na forma de sentir, amar, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tem a ver com maneira como nos sentimos atraídos umas(uns) pelas(os) outras(os).

Muitas pessoas acham que ao falar de sexualidade estamos falando de sexo, mas é importante entender que são coisas diferentes, embora tenham alguma relação. Sexo pode significar tanto a definição dos órgãos genitais, masculino ou feminino, como também o ato ou relação sexual. O ato sexual com parceiras(os), representa uma das maneiras de desfrutar a sexualidade, com prazer, sentimentos e desejos, mas a sexualidade não se resume a fazer sexo. Ela vai além, já que se relaciona a tudo aquilo que somos capazes de sentir e expressar.

Sexualidade é uma dimensão que acompanha a todas as pessoas ao longo da vida. A sexualidade humana pode se transformar ao longo dos anos, dependendo das experiências que a pessoa se permite vivenciar. Sendo assim, é possível entender a sexualidade como uma característica dinâmica, ou seja, assim como os cabelos mudam de cor e de textura ao longo dos anos, a sexualidade também muda conforme o tempo passa ou conforme as escolhas e contextos em que as pessoas estão inseridas.

A maneira como nos sentimos atraídos pelas outras pessoas também pode mudar em intensidade, ao longo da vida e de acordo com as vivências que os indivíduos se permitem. Nesse sentido, também vivenciam descobertas e transformações quanto à orientação sexual e identidade de gênero. Você entende o significado dos termos orientação sexual e identidade de gênero? São dois termos que tem muita relação com as questões da sexualidade. Então, vamos entender mais sobre eles...

O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO?

Na maioria das vezes a gente fala de gênero se referindo a relação homem-mulher, mas gênero se refere às pessoas e as relações entre os seres humanos. Ela não se dá apenas entre homem e mulher, mas também a relação mulher/mulher e homem/homem, que se constroem culturalmente e sofrem mudanças ao longo do tempo. A sociedade cria as relações de gênero em que o masculino tem mais valor, produzindo uma distribuição desigual do poder. Por isso, percebemos que gênero é uma construção social e depende dos costumes e da cultura de cada lugar. No nosso meio rural também, essa relação é diferente e é mais marcada.

Diante dessa divisão, sobre o que é comportamento e papel dos homens e das mulheres, a sociedade gera um tipo de imposição, como se houvesse só um jeito de ser homem e mulher no mundo.

A coisa funciona, mais ou menos assim. A nossa família, a escola, a mídia e os espaços da vida em sociedade vão nos ensinar a assumir os seguintes papéis: se eu nascer com o sexo feminino, a sociedade espera que, ao longo de minha vida, eu me assuma e comporte como uma mulher, sendo passiva, dócil, materna, cuidadora, submissa. Do contrário, se eu nascer com o sexo masculino a sociedade espera que eu adote, como homem, as características da força física, da liderança e da potência sexual, de forma livre e intensa. Esse modelo não aceita outras formas de ser e existir no mundo, ele padroniza, e tudo aquilo que está fora desse padrão, não é aceito.

Existem pessoas que não se encaixam nesses padrões, e não há nada de errado com elas. Merecem e precisam ser reconhecidas e respeitadas. Por isso, dizemos que a identidade de gênero se refere ao gênero com que a pessoa se identifica, que não é definido, obrigatoriamente, pelo genital ou sexo biológico com que ela nasceu. Assim, existem pessoas transgênero e cisgênero.

Cisgênero - São as pessoas que se identificam com o gênero correspondente ao seu sexo biológico, ou seja, nasce com um corpo feminino e se sente mulher. Uma pessoa que nasce mulher e se reconhece como mulher, é uma MULHER CIS.

Transgêneros - O prefixo “Trans”, que integra este termo, significa “além de”, “através de”. São transgênero as pessoas que estão para além do feminino e para

além do masculino, não se encaixando nas normas de gênero impostas pela nossa cultura. Dessa forma, o termo é um grande guarda-chuva, que contempla identidades de gênero como: transexuais, travestis, não-binários, drag queens, etc.

- **Transexuais:** São pessoas que se identificam com o gênero que não corresponde ao seu sexo biológico. Assim, uma pessoa que nasce com o sexo biológico masculino, mas se sente uma mulher, é uma MULHER TRANS. Da mesma forma, alguém que nasce com o sexo biológico feminino, mas se sente um homem, é um HOMEM TRANS.
- **Travesti -** identidade de gênero feminina e latinoamericana, que se refere à pessoa registrada como homem ao nascer, que se reconhece em uma identidade feminina.
- **Não-binário -** pessoa que não se identifica com a binariedade de gênero, ou seja, com o jeito de ser homem e ser mulher determinado pela sociedade. São pessoas que podem se identificar com ambos os gêneros, com nenhum deles, com outro diferente ou até mesmo fluir entre eles.
- **Drag queen -** é uma forma de arte performática em que se interpreta uma personagem com simbologia feminina exagerada, que pode ser realizada por qualquer pessoa independente do gênero.

As pessoas transgêneros sentem a necessidade de adotar características do gênero com o qual se identificam, por meio de comportamentos, roupas e etc. Em alguns casos, podem fazer uso de procedimentos estéticos e hormonais, para a modificação corporal, ou mesmo, cirurgias de mudança do aparelho sexual (cirurgia genital).

Pense, então, que além do jeito com que me identifico pelo gênero, tem o jeito como eu me sinto atraída(o) pelas pessoas. Isso tem a ver com a orientação sexual.

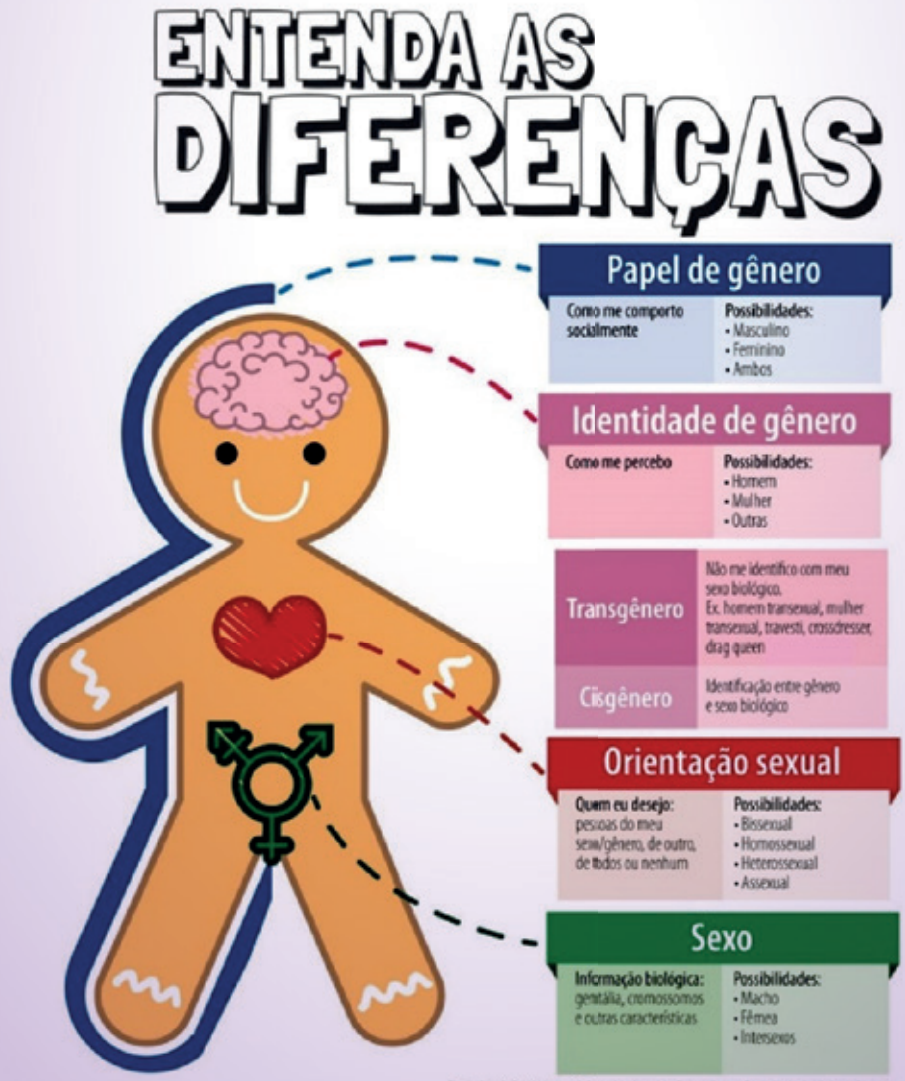
O QUE É ORIENTAÇÃO SEXUAL?

Representa as diferentes formas de atração afetiva e sexual de cada um(a). Esse conceito veio substituir o de "opção sexual" visto que as pessoas não escolhem sua orientação, ou seja, elas desenvolvem sua sexualidade ao longo da vida.

As pessoas, além do sexo biológico e da identidade de gênero, têm uma orientação íntima que define seus interesses, e isso tem a ver com a capacidade de se

sentirem atraídas por alguém, com sua sexualidade e preferências quanto aos pares com que preferem manter relações sexuais e sentimentais. Assim, nossa orientação sexual pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

- **Heterossexual:** quando nos sentimos atraídas(os) por pessoas do sexo oposto ao nosso. Se sou uma mulher (cis ou trans) e me relaciono com homens, posso me reconhecer como uma mulher hetero.
- **Homossexual:** quando nos sentimos atraídas(os) por pessoas do mesmo sexo que o nosso. Ou seja, se sou uma mulher (cis ou trans) e me relaciono com outras mulheres, posso me reconhecer como uma mulher homossexual.
- **Bissexual:** quando nos sentimos atraídas por pessoas de ambos os sexos, ou seja, tanto por homens, quanto por mulheres.



Nossa! Falamos tanto sobre as diferentes identidades de gênero e de orientação sexual que a nossa cabeça, às vezes, dá um nó, para entender toda essa variedade de jeitos de ser e amar no mundo. Para facilitar o nosso debate, deixamos abaixo uma ilustração que nos ajuda a entender tudo isso. Viva a diversidade!

É muito importante reconhecer a diversidade de sujeitos, e mais que isso, é fundamental fortalecermos a luta para que sejam elas e eles respeitas(os) como cidadãs e cidadãos, podendo viver com liberdade sua sexualidade e identidade de gênero.

Para as mulheres e principalmente, para as jovens, é muito perigoso expressarem uma sexualidade diferente do que a sociedade convencionou chamar de "normal", baseada nos padrões cisgênero e heterossexual. A cada dia, crescem os relatos e registros de rejeição, abandono pela família, discriminação, agressão e até assassinato de pessoas trans, não-binárias, homossexuais e bissexuais.

Por isso, companheiras, sendo a luta das mulheres do campo, da floresta e das águas por um país democrático e livre de violência não podemos admitir que mulheres sejam vítimas de atitudes preconceituosas e violentas pelo simples fato de fugirem aos padrões estéticos, de sexualidade e gênero impostos. Nosso corpo nos pertence, é território onde expressamos quem realmente somos, a nossa verdade mais profunda! É território onde ninguém pode tocar, sem nosso consentimento. Vamos protegê-lo, mas sem abrir mão da autonomia e liberdade.

Tudo o que a gente sente e vive acontece no nosso corpo. Não se separa a sexualidade do corpo, não se imagina um corpo sem sexualidade. Nós, mulheres, já ouvimos uma lista incontável de mensagens de controle do nosso corpo, que tem relação direta com o sexismo, o racismo e o padrão de beleza aceito pela sociedade. São várias as imposições, como: "fecha a perna", "essa roupa está muito curta", "você está muito velha ou muito gorda para usar essa roupa", "alisa esse cabelo". Também tem aquelas direcionadas aos homens, tais como: "para com isso, que homem não chora", "tira essa camisa rosa, cara", "você é um homem ou é um brocha?", "você dá ou não conta do recado?", etc. Todas estas são formas de controlar nossa vida, nosso corpo e nossa sexualidade. E, como podemos perceber, há diferenças entre as formas de controle exercida sobre as mulheres e os homens. Hum! Esta é uma boa questão para continuarmos o debate.

QUANDO O ASSUNTO É CORPO E SEXUALIDADE, HÁ REALMENTE DIFERENÇAS ENTRE AS REGRAS COLOCADAS, PELA SOCIEDADE, PARA HOMENS E MULHERES?

Sim, e como há! Você pode até não ter se dado conta, mas com certeza já viu ou viveu uma dessas situações acontecendo na vida real:

• **Quem não já viu um amigo estimulando o outro a "pular a cerca", ou seja, sair com outras mulheres fora da relação?** Isso é porque, em nossa sociedade, os homens podem e são estimulados a fazer sexo fora do casamento, ter mais de uma 'mulher' ou mesmo prostituir mulheres para seu prazer, considera-se que estas práticas são prova de 'macheza' e virilidade. Mulheres devem fazer sexo apenas com o marido e se são solteiras não fazer sexo, ou no máximo com o noivo. Se tiverem mais de uma história de relação já são consideradas 'vadias'.

• **Provavelmente, você já ouviu comentários desrespeitosos contra uma mulher que saiu à noite, para curtir uma festa com as amigas, e deixou o filho com alguém da família.** Ninguém lembra que o pai também é responsável por educar e cuidar das(os) filhas(os). Sobra, exclusivamente, para as mulheres a cobrança sobre a educação e cuidado com as(os) filhas(os), até mesmo no tempo livre não podem descuidar dessa "obrigação". Se não forem casadas, de preferência com o pai dos seus filhos(as), sofrem uma segunda discriminação, como se fossem pessoas sem decência e moral.

Tudo isso confirma que, realmente, existem muitas regras sobre o corpo e sexualidade das pessoas, seja homem ou mulher. Entretanto, não são as mesmas regras para um e para o outro. Com os exemplos que colocamos acima, vemos que as regras sociais colocadas aos homens, dão a eles maior autonomia e liberdade, do que às mulheres, para decidirem o que fazer das suas vidas, do seu corpo e sua sexualidade. Concordam?

Ah! Podemos citar vários exemplos das imposições da sociedade sobre o corpo e a sexualidade das mulheres na história. Você acredita que muitas destas formas de controle eram previstas em leis? Isso mesmo, os homens que sempre tiveram à frente dos espaços de poder, como legisladores, governantes, policiais, ou mesmo religiosos ou donos dos meios de comunicação, sempre criaram as formas de reproduzir esta mentalidade, inclusive, através da legislação. Vejamos mais alguns terríveis exemplos em nossa história:

- Houve um tempo que homens legisladores colocaram na lei que uma mulher podia ser devolvida a seu pai se após o casamento o marido comprovasse que ela não era virgem. Esta era uma norma que proibia na prática que mulheres tivessem relação quando solteiras e que forçava mães e pais a controlarem a sexualidade das filhas moças.
- Houve um tempo que adultério da mulher podia ser punido pelo marido com violência e até morte, tudo em nome da defesa da honra (dele). Até assassinatos, cometidos pelos maridos, foram perdoados, porque sua mulher o teria traído. Esta liberdade dada aos homens pela lei reprimia as mulheres na sua sexualidade, ao mesmo tempo, nos convencendo que mulheres 'sérias' deveriam portar-se como desinteressadas por sexo e prazer.

Um símbolo importante, e muito conhecido, do controle do corpo das mulheres é a cerimônia do casamento. Você já parou para pensar o que representa a cena do pai (sempre o pai) entregando a filha ao seu marido no altar? Olhando bem direitinho vemos que são dois homens repassando a posse de uma mulher de um para o outro. Mesmo sendo muito emocionante ver os casais confirmando seu amor e companheirismo, esta é uma cena muito simbólica, que retrata a falta de autonomia dada às mulheres.

Pensamos o corpo como nosso primeiro território, portanto, defender cada um dos corpos das mulheres, é mais que uma luta de sobrevivência pessoal, é uma luta coletiva... queremos todas livres, autônomas e vivas. Nossos corpos são cheios de vida, memória e sensibilidade, mas também são condicionados pelas dores e explorações que se expressam em nossos lares e em nossas comunidades, pelo veneno, pelos conflitos por terra ou violência sexista.

É também no nosso corpo, que habitam novas vidas. Mas nem sempre a gravidez é sinônimo de escolha, ela também é fruto de imposições. A gravidez é vista quase que como uma obrigação das mulheres. Inclusive, existem, ainda hoje, mulheres que são moralmente constrangidas por não engravidarem, vis-

tas como aquelas de útero seco ou portadoras de uma maldição; há também religiões e pessoas que condenam os métodos usados para evitar a gravidez (tem até parlamentar querendo proibir o uso de pílulas do dia seguinte).

É preciso dedicar um tempo para este assunto. É um tema que gera fortes discussão, sendo muito explorado para fazer polêmica em torno do feminismo e desqualificar todas as mulheres.

QUANDO O ASSUNTO É GRAVIDEZ, HÁ AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES PARA INTERROMPÊ-LA?

É bom lembrarmos: nós, as mulheres, comemoramos uma gravidez, nunca um aborto.

Desde que o mundo é mundo mulheres engravidam, e nem toda gravidez termina com nascimento, muitas vezes termina em um aborto. Isto é parte de nossa vida, vida de mulher, como podem comprovar nossas mães, avós, bisavós.

Muitas vezes a gravidez termina num aborto espontâneo, ou seja, quando o próprio corpo, a própria natureza, encerra a gravidez. O aborto espontâneo tem várias causas: desnutrição, pré-natal mal feito que não ajudou a segurar a gestação, ser muito jovem ou estar perto da menopausa, ter tido muitos partos, ter sofrido violência, ou algum adoecimento, do feto ou da mulher gestante.

Outras vezes o aborto é provocado. As mulheres decidem abortar quando não acham outro recurso para uma gravidez indesejada. Abortam por desespero, por solidão, por medo, por abandono, para preservar a família e as(os) outras(os) filhas(os), até para proteger o homem com quem fez sexo: um amante, um homem casado, um religioso. Às vezes abortam porque o casamento era inviável e ter um(a) filho(a), ou mais um(a) filho(a), vai dificultar ainda mais a separação. Abortam porque têm filhas(os) demais, e não podem sustentar mais um. Em muitas situações mulheres abortam porque engravidaram de um estupro. E hoje no Brasil cresce o número de crianças abortando por estupro de homens adultos, seus familiares.

Mas não importa o motivo: infelizmente, a mulher é sempre condenada, como uma pessoa irresponsável.

No Brasil, temos três possibilidades de aborto dentro da lei: i) quando somos vítimas de estupro; ii) quando a gravidez pode nos matar, então podemos abortar para salvar nossa própria vida; iii) quando o feto em gestação é anencéfalo, ou seja, sem cérebro, neste caso é um natimorto, está vivo mas vai morrer ou antes de nascer ou algum tempo depois de nascido. Não tem como viver sem cérebro, tanto que uma pessoa é dada como morta, quando chega a um estado de falência cerebral, podendo, inclusive, doar órgãos depois do diagnóstico.

Nestes três casos nós mulheres temos o direito a ser atendidas no SUS, com respeito e humanidade, para fazer um aborto legal, tudo dentro da lei. Contudo, muitas vezes, somos maltratadas nestas situações ou não somos informadas desse direito. Tem havido casos de morte, que poderiam ser evitadas se as mulheres recebessem orientações de acordo com o que está previsto pela lei. Por exemplo, existem mulheres com mais de 50 anos ou inseridas em gestações de risco, para quem o médico não diz do direito delas interromperem a gravidez. Com isto nem a mulher toma consciência dos riscos, nem pode decidir de forma autônoma se mantém ou interrompe a gravidez.

Às vezes mulheres nesta situação procuram abortar de forma clandestina e insegura sem necessidade, porque poderiam fazer o aborto seguro na rede pública. Outras vezes decidem arriscar por não saber desta possibilidade legal e acabam morrendo durante a gestação. A condenação às mulheres nestes casos pode levar a morte.

Mas o aborto ilegal e clandestino também pode levar a morte. Nesses casos, as maiores vítimas são as negras e pobres. Não por serem elas as únicas a se submeterem a estes procedimentos. As ricas e as pobres abortam, mas as mulheres brancas, que têm maior acesso à renda, conseguem pagar por serviços que assegurem melhor assistência, sendo menos vulneráveis aos riscos de infecção e morte.

Por isso, no feminismo há a luta pela legalização do aborto. Para que cada mulher possa decidir quando engravidar, se vai manter ou

não a gestação, e possa decidir logo nas primeiras semanas de gravidez. Como nossas avós e bisavós faziam, com chás e ervas para resolver a situação.

Hoje já não sabemos usar chás, mas existem medicamentos até mais seguros, que em outros países são distribuídos na rede pública para as mulheres que precisarem abortar. Mas no Brasil é proibido. O sofrimento das mulheres aumenta e o risco de morte também, pelas práticas clandestinas.

A luta pela legalização do aborto é uma luta por liberdade e autonomia, uma vez que não obriga as mulheres, nem a abortarem, nem a manterem a gravidez, deixa na mão e consciência de cada uma a decisão, considerando suas crenças, valores e situação de vida. A gravidez acontece no nosso corpo, somos nós as que cuidamos da vida em gestação e depois de nascida, e por muitos anos. Se somos responsáveis para parir e cuidar, deveríamos ser responsáveis também para saber decidir se o aborto é necessário ou não.

Nesse momento, onde se dissemina tanto ódio, sobretudo, contra as mulheres, a partir de estupros, feminicídios e outras formas de violência, precisamos nos abrir mais à solidariedade e menos ao julgamento. Um passo importante, é fazer a leitura crítica desta conjuntura, compreendendo todas as ameaças que se colocam sobre os direitos das mulheres, limitando nossa autonomia e liberdade.

O DIREITO À AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES NA ATUAL CONJUNTURA

Há trinta anos começamos a ter muitos avanços no Brasil, era o tempo da saída da ditadura, dos novos movimentos sociais ganhando força política, do feminismo crescendo, das mulheres organizando-se para mudar as leis do país. No campo e nas cidades as mulheres conquistaram o direito de ser chefe de família, de ter acesso à terra e aos meios de produção, de ter políticas públicas que ajudem sua autonomia e liberdade e mudem suas condições de vida. Conquistamos leis contra violência sexual e estupro, contra violência doméstica. Conquistamos cotas na política partidária. E conquistamos o direito ao aborto nos casos previstos em lei. Conquistamos também a política de parto humanizado. Mas hoje estamos voltando ao passado.

Todas vemos o crescimento de preconceitos e combate a política de promoção da igualdade para as mulheres. Todas nós sentindo na pele o aumento da violência contra as mulheres. Estamos vendo os ataques às propostas de educação sexual, os ataques a livre organização das mulheres.

Pagamos o preço pela falta de opções de métodos para evitar gravidez nos postos de serviço e ouvimos muitas vezes os profissionais de saúde dizerem o

que podemos ou não fazer sobre parto, gravidez e aborto. Além disso, se queremos um método para evitar gravidez nos perguntam se o marido sabe, ou se somos solteiras, nos perguntam se a mãe ou pai sabe. O que um profissional de saúde tem a ver com nossa decisão e vida pessoal? Perguntar coisas assim é não reconhecer direito a autonomia e liberdade de nós mulheres. Concordam?

Autoridades do atual governo de ultradireita, eleito em 2018, já declararam coisas absurdas como defender que família tem de ter homem como chefe, porque sem homem as famílias ficam 'degeneradas' e as(os) filhas(os) ficam sem referência moral. Por acaso nós mulheres somos degeneradas e pessoas sem moral? Não sabemos orientar nossos filhos e filhas? Ora se autoridades do país dizem coisas assim, toda a população vai se sentindo estimulada a pensar assim também, como nos tempos antigos. Desqualificando as mulheres.

Na prática estamos com a nossa autonomia e liberdade bem ameaçadas neste momento. Ameaçadas pela ausência de políticas públicas dos governos e por ideias conservadoras e machistas sobre as mulheres, atacam diretamente as conquistas conseguidas nos últimos anos, como, por exemplo, o conjunto de **direitos sexuais e reprodutivos** obtidos pela luta. Vejamos mais alguns fatos que confirmam essa desumana realidade:

- Aumentam os números de estupros, sendo cada vez mais violentos. Vão desde estupros cometidos por grupos de homens (inclusive, para punir mulheres lésbicas), por pais contra filhas, ou por desconhecidos nas ruas. Há também estupros dentro dos serviços de polícia, de saúde, realizados pelos próprios profissionais. Mesmo assim, não aumentou o investimento em políticas públicas, em campanhas de constrangimento aos homens pela prática de estupros. Na maioria das vezes as autoridades calam-se diante das denúncias. E quem cala consente, não é assim?

- Se vamos para a maternidade, na hora de parir, médicos muitas vezes são violentos, não deixam a gente escolher se quer ter filho em casa ou no hospital, com ou sem acompanhante. E hoje existe até um projeto de lei para impedir que as mulheres decidam sobre a forma do parto, transferindo a decisão para

Lembra que já definimos o que são os direitos sexuais e reprodutivos na página 12? Só para relembrar: direitos sexuais são todos os direitos que nos possibilitam viver a sexualidade sem medo, vergonha ou culpa, contando com informações e serviços para desfrutarmos de sexo seguro; já os direitos reprodutivos asseguram as decisões sobre ter ou não filhos, quando e como tê-los, tendo condições de viver estas escolhas com liberdade e segurança.

o médico. Esta proposta foi apresentada no Rio de Janeiro e está sendo muito criticada, inclusive, por outros médicos aliados da luta das mulheres.

- A mortalidade materna, que é a morte de mulheres durante a gravidez, o parto ou aborto, bem como nos primeiros anos após o parto ou aborto, é algo muito presente na realidade das mulheres do campo, da floresta e das águas. Nos serviços públicos os maiores problemas decorrentes da violência de médicos e enfermeiras na hora do parto, são agravados pelo machismo e racismo. Os problemas de coração e hipertensão pelo pré-natal mal feito é outro agravante. Uma parte das mortes maternas vem pelo grande número de cesáreas, usadas para o conforto do médico e para encarecer os serviços.

- Os serviços de aborto legal nunca chegaram no interior, e hoje os poucos que existem estão sendo fechados. Além disso há projetos de lei para tornar crime todos os tipos de aborto, seja por estupro seja para salvar nossa própria vida.

- Por outro lado, se queremos ter filhas(os), alguns são contra. Dizem que pobre não deve ter filhas(os) ou que as mulheres negras devem evitá-los, para não gerarem bandidos. Há quem defenda ainda que mulheres moradoras de ruas sejam esterilizadas. Quer dizer que também para ter filhas(os), em muitas situações, seguimos sem autonomia e liberdade.

Frente aos sucessivos ataques que vem empurrando as mulheres para uma vida sem autonomia e liberdade, a nossa luta de resistência é mais necessária do que nunca. Tão importante quanto denunciar os desmontes das políticas públicas e exigir que o Estado brasileiro assuma o seu papel de promover igualdade de oportunidade para as mulheres, é valorizarmos e fortalecermos todas as formas de resistência que as mulheres vêm fazendo acontecer. Elas renovam e impulsionam nossa luta.

O DIREITO À AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES NA ATUAL CONJUNTURA

Campanha Meu Primeiro Assédio

Esta campanha surgiu depois que uma menina de 12 anos, participante do programa Master Chef, foi vítima de comentários de cunho sexual, em 2015, nas redes sociais. A campanha fez com que milhares de mulheres contassem as situações em que pela primeira vez foram assediadas por homens adultos. A Campanha ajudou todo mundo ver as 'brincadeiras' que na maioria das vezes são assédio, desqualificam e desrespeitam meninas, marcando negativamente suas vidas. A Campanha defende que é importante falar sobre a cultura do estupro. Ela anda nas entrelinhas de muitos discursos. Ela caminha ao lado da ideia de que homens não conseguem conter seus instintos. Ela está totalmente ligada ao falso consentimento que poderia dar uma criança. A impunidade é sua melhor amiga e a culpabilização da vítima sua principal arma.

Dias de luta com ações de protestos e pautas:

Ao longo do ano, várias datas marcam o calendário de lutas e mobilização das mulheres, que exercem pressão sobre os governos e ampliam o debate com a sociedade. Vejam algumas datas:

- Dia 8 de março - Dia Internacional das Mulheres;
- Dia 28 de maio - Dia de Luta contra Mortalidade Materna;
- Dia 25 de julho - Dia da Mulher Negra Afro-Caribenha;
- Dia 29 de agosto - Dia da Visibilidade Lésbica;
- Dia 28 de setembro - Dia de Luta pela Legalização do Aborto;
- Dia 25 de novembro - Dia de Luta contra Violência às Mulheres.

PARA DEBATER MAIS...

1. Em sua comunidade ou município, quais são as formas de desrespeito à autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade? Como andam os serviços e programas voltados à saúde sexual, o planejamento familiar e o acesso aos métodos para evitar gravidez? Existem maus tratos e violência nos partos ou casos de aborto?

2. Quais ações e políticas públicas são necessárias para promover autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade, além dos direitos sexuais e reprodutivos?

3. Quais estratégias as mulheres do seu território ou região vêm construindo para conquistar autonomia e liberdade? Como podemos fortalecer estas e outras iniciativas?

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG - GESTÃO 2017 - 2021

Presidente:
Aristides Veras dos Santos

Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais:
Alberto Ercílio Broch

Secretária-Geral:
Thaísa Daiane Silva

Secretário de Administração e Finanças:
Juraci Moreira Souto

Secretário de Política Agrícola:
Antoninho Rovaris

Secretário de Política Agrária:
Elias D'Angelo Borges

Secretário de Formação e Organização Sindical:
Carlos Augusto Santos Silva

Secretária de Políticas Sociais:
Edjane Rodrigues Silva

Secretária de Meio Ambiente:
Rosmarí Barbosa Malheiros

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares:
Maria José Morais Costa

Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais Agricultores(as) Familiares:
Mônica Bufon Augusto

Secretária de Trabalhadores(as) Rurais Agricultores(as) Familiares da Terceira Idade:
Josefa Rita Da Silva

PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG)

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares:
Maria José Morais Costa
Assessoras: **Eryka Danyelle Silva Galindo e Vilênia Venâncio Porto Aguiar**
Assistente de Assessoria: **Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira**

TCTF SENAR/CONTAG nº 008/2018 - Processo nº 00224/2018

APOIO: SENAR

REALIZAÇÃO: STTRs FETAGs CONTAG

PARCEIRAS: